

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.509 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2002

CPI ouve lobista sobre relações entre empresas, governo e ONGs

O diretor da APS Consultoria Política, Alexandre Paes dos Santos, será ouvido amanhã pela comissão parlamentar de inquérito que investiga a atuação das organizações não-governamentais. Ele deve falar sobre as relações entre empresas, ONGs e governo, a partir de denúncias de tentativa de extorsão na área de saúde.

PÁGINA 2

Projeto define responsabilidade pelo transporte de estudantes

PÁGINA 6

SUS pode dar atendimento preferencial aos idosos

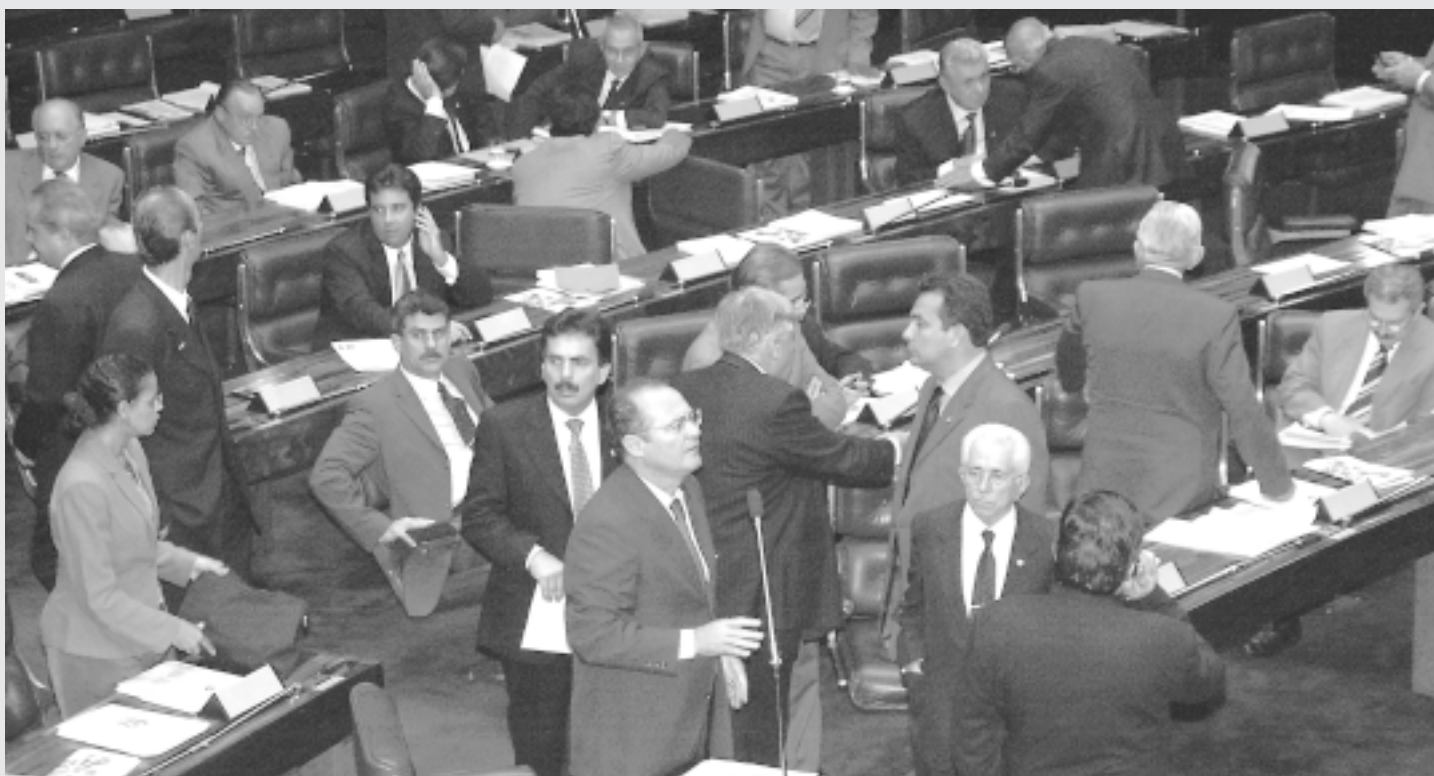
Comissão de Assuntos Sociais analisa na quarta-feira projeto que institui atendimento prioritário, para marcação de consultas e exames pelo Sistema Único de Saúde, a idosos, portadores de deficiência física, gestantes, lactentes e pessoas com crianças de colo. A matéria, originária da Câmara, tem substitutivo de Ademir Andrade.

PÁGINA 6

Plenário realiza amanhã primeira votação da CPMF

Senadores vão concluir tramitação em primeiro turno da proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Por acordo entre as lideranças partidárias, a decisão final deve ocorrer no dia 12.

PÁGINA 5



Roosevelt Pinheiro

Cronograma de tramitação da emenda da CPMF prevê encerramento do primeiro turno de discussão no Plenário amanhã

CAE reúne autoridades e empresários para esclarecer denúncias



Célio Azevedo

CAE debate queixas de franqueados do McDonald's

A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência pública amanhã para esclarecer denúncias de abuso de poder econômico da multinacional McDonald's contra seus franqueados.

PÁGINA 3

Senado manifesta pesar pela morte de Mário Lago

Diversos senadores destacaram em Plenário a trajetória do ator, compositor, poeta, escritor e radialista que morreu quinta-feira, aos 90 anos, no Rio de Janeiro

PÁGINA 8

Suplicy apresentou requerimento de homenagem a Mário Lago



José Cruz

Indicação para ANP deve ter decisão amanhã

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, a partir das 14h30, para votar a indicação de Newton Reis Monteiro para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O parecer do relator, senador José Jorge (PFL-PE), é pela aprovação. Newton Monteiro, engenheiro aposentado da Petrobras, foi indicado pelo presidente da República para a vaga de Eloi Fernández y Fernández.



José Jorge: parecer pela indicação

Senadores votam três nomes para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa amanhã, às 17h30, três indicações do presidente da República para cargos de embaixadores do Brasil. Synesio Sampaio Góes Filho foi indicado embaixador junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, cargo que exerceria cumulativamente com o de embaixador no Reino da Bélgica.

Ney do Prado Dieguez, atual embaixador do Brasil na República Cooperativa de Guiana, foi indicado para exercer o cargo junto a São Vicente e Grandinas. Marcus Camacho de Vicenzi, por sua vez, foi indicado para o cargo na República Libanesa.

Os pareceres sobre as indicações, emitidos pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Geraldo Melo (PSDB-RN), serão examinados em reunião secreta.



Geraldo Cândido é um dos relatores

Comissão do Mercosul pode debater agência dos EUA

Requerimento para realização de audiência pública sobre o projeto denominado Trade Promotion Authority deve ser votado amanhã

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne amanhã para deliberar sobre uma pauta de sete itens. Deve ser votado requerimento do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) para realização de audiências públicas, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sobre projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio dos Estados Unidos da América.

Denominado Trade Promotion Authority, o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, em dezembro passado, e enviado para a Comissão de Finanças do Senado daquele país. O deputado Inácio Arruda apresentou outro requerimento para que essas reuniões conjun-



Relatório de José Fogaça sobre acordo com Paraguai também está na pauta

tas ocorram também nos estados da Federação. Sua intenção é discutir com a sociedade brasileira as consequências da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta do governo dos Estados Unidos que teria como objetivo integrar as economias do continente americano. A proposta vem sendo criticada por vários senadores, que enxergam

na Alca poucas chances de uma real integração. Ao contrário, acreditam que o Brasil vai se tornar ainda mais sujeito à economia dos Estados Unidos.

FRONTEIRA

Outro requerimento que aguarda discussão, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), solicita reunião externa da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em Foz do Iguaçu (PR). O objetivo é a realização do Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça.

Será votado ainda relatório do senador José Fogaça (PPS-RS) sobre mensagem que submete ao Congresso o texto da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras. O documento foi assinado entre os governos do Brasil e Paraguai.

CPI ouve lobista sobre denúncia de extorsão

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) ouve amanhã o depoimento de Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS Consultoria Política. Convocado por meio de requerimento do senador Tião Viana (PT-AC), Alexandre Paes falará sobre a relação entre empresas, ONGs e governo.

Conforme denúncia publicada pela imprensa em setembro de 2001, Alexandre Paes teria dito à jornalista Alba Chacon que possuía uma fita cassete comprovando tentativa de extorsão de funcionários do Ministério da Saúde

contra o laboratório Novartis. Alba é sócia da Informação/Comunicação, empresa que tem entre seus clientes o Ministério da Saúde.

Na justificativa do requerimento, Tião Viana ressalta que Alexandre Paes dos Santos teve seu nome veiculado na imprensa como envolvido no episódio da compra, por parte do Ministério da Saúde, do medicamento para tratamento de câncer Glivec, fabricado pelo laboratório Novartis. Apesar de o presidente do laboratório, Andréas Strakos, ter negado a participação, o senador entende que Alexandre Paes deve ser ouvido.

— Faz-se necessária a preten-



Tião Viana apresentou o requerimento de convocação de Alexandre Paes dos Santos

didada convocação para que essa comissão possa levar a bom termo o seu trabalho de investigação dos fatos relacionados à atuação das ONGs em nosso país — argumenta Tião Viana.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR que autoriza o governo de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor total equivalente a US\$ 34 milhões; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios; e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que estabelece limites de despesas com o poder legislativo municipal.

Sessão deliberativa extraordinária
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora do expediente: dedicada a homenagear os 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce.
Pauta: votação nominal das PECs que dispõem sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos; e nº 19/02, que incorpora as policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios; e terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.

Quarta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: parecer à mensagem que submete à deliberação do Senado o nome de Ricardo Oliva para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; parecer à mensagem que submete à apreciação do Senado o nome de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e PDL que aprova o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios; e quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Requião: comércio exterior deve ter política nacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) conclamou o próximo governo a adotar um plano nacional de desenvolvimento no qual se insira um capítulo sobre a política de comércio exterior, com o objetivo de alcançar mercados multipolares, como os da China e da Índia, e de defender interesses, indústrias e empregos genuinamente brasileiros.

Requião também advertiu que é urgente que o Congresso Nacional assuma suas responsabilidades nas decisões relativas a acordos comerciais, acompanhando o desenrolar da política de comércio exterior. Para tanto, acrescentou, os parlamentares devem aprovar proposta de emenda à Constituição que institucionaliza esse acompanhamento. A proposta, de sua autoria, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— Com ou sem globalização, a qualidade de vida dos brasileiros pode ser melhorada, se os governos futuros balizarem o caminho para o tratamento responsável das questões de comércio exterior em estreita colaboração com os parlamentares — afirmou, lembrando que, nos EUA, o Executivo é dependente das decisões do Congresso em matéria de comércio exterior.

Na prática, observou o senador, o Executivo e o Congresso norte-americanos, ao defenderem o protecionismo comercial, estão defendendo a qualidade de vida de seus cidadãos, embora essa política esteja em desacordo com a interdependência entre as nações e com um verdadeiro projeto de globalização.

ESTADISTA

Requião disse que o Brasil é suficientemente grande para seguir a mesma política — defesa estrita dos interesses intrínsecos do país. “Vamos acordar, colocando na Presidência da República um estadista que adote política de comércio exterior semelhante à dos Estados Unidos, com um projeto de desenvolvimento do país com opção pelos setores mais carentes de nossa população e defesa de nossas indústrias e de nossos empregos”.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) comentou que o Brasil será um “otário internacional” se não adotar um certo protecionismo comercial, dosado de acordo com as circunstâncias. Já Roberto Freire (PPS-PE) destacou que o princípio do livre comércio deve ser enfatizado sempre, mesmo que haja necessidade de uma política de proteção temporária a determinados setores.

CAE promove audiência pública sobre franquias do McDonald's

Comissão de Assuntos Econômicos reúne autoridades e empresários para tentar esclarecer denúncias de abuso de poder econômico da multinacional contra seus franqueados no Brasil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública amanhã, a partir das 17h, para ouvir autoridades e empresários sobre denúncias de abuso de poder econômico da multinacional McDonald's contra seus franqueados. Os requerimentos foram apresentados pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Além da audiência pública, Requião e Tuma querem a abertura de processo administrativo contra a multinacional na Secretaria de Direito Econômico do

Ministério da Justiça.

Foram convidados para os esclarecimentos na CAE o presidente do McDonald's no Brasil, Marcel Fleischmann; o presidente da Associação Brasileira dos Franqueados do McDonald's, Antônio Acioy; o presidente da Associação dos Franqueados Independentes do McDonald's, John Mayer Rowel; o diretor jurídico da Associação Brasileira de Franquias, Luiz Henrique Amaral; e representantes da



Lindberg Cury fez o primeiro alerta sobre o assunto no Plenário

Secretaria de Direito Econômico, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O primeiro alerta sobre o assunto foi apresentado em discurso pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF). Entre as denúncias, estão a apropriação dos lucros do franqueado; a assinatura compulsória de contratos de

financiamento com o Bank-Boston; o aluguel compulsório das lojas; a apropriação de clientela por loja criada pela matriz para eliminar do negócio o franqueado; e o desrespeito às leis brasileiras que tratam de contratos empresariais.

Romeu Tuma defende que o Senado se envolva no assunto, principalmente porque o Executivo vem preparando um anteprojeto de lei para alterar a chamada Lei das Franquias. Ele observou que se trata de uma área que gera empregos e renda em vários pontos do país.

Iris defende queda dos juros para acelerar desenvolvimento

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) criticou as altas taxas de juros impostas pelo governo brasileiro e defendeu mais desenvolvimento. “Nossos juros são uma excrescência, uma triste exceção, um indesejável recorde mundial”, afirmou.



Para Iris Rezende, os juros brasileiros são “uma excrescência”

Iris Rezende disse acreditar na possibilidade de redução dos juros, “com responsabilidade”, para a obtenção de progresso econômico e social mais acelerado, conforme têm feito outros países. Citando a revista *The Economist*, o senador apontou Índia, Filipinas, Coreia do Sul, México, África do Sul, República Tcheca, Hungria e Polônia como países que praticam juros básicos nominais de 7% a 14% ao ano e juros reais de 1% a 7%, enquanto o Brasil tem juros reais de 12%.

— Os países que têm juros nominais maiores que os nossos são Turquia, Venezuela e Rússia. Mas, com inflação bem superior à nossa, acabam tendo juros reais da ordem de 3%, bem menores que os do Brasil. Essas três nações, incidentalmente, também têm classificação de risco para investidores piores que a nossa, o que vem desmentir a tese de que os juros reais altos se impõem como decorrência de má classificação de risco. Nesse breve apanhado estatístico, nem

traremos os valores das taxas nominais dos países mais desenvolvidos, os quais são, sabidamente, baixíssimos — comentou.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) lembrou, em aparte, que nos demais países os juros acompanham os índices de inflação, mas no Brasil os juros são dez vezes maiores do que a inflação. Lindberg ressaltou a necessidade de reforma tributária, pois entende que o aumento dos juros está intimamente ligado ao sistema de tributos. Ele assinalou ainda que, no caso do cheque especial, os juros são os mais altos do mundo.

Devido à taxa de juros, Iris Rezende acredita que o Brasil tem crescido menos do que pode. “Nos últimos dez anos, temos marchado a passos lentos. Na verdade, há 20 anos estamos quase apenas marcando passo”, acrescentou. Para ele, é preciso atacar certos pontos, como a indexação das tarifas públicas, por exercerem pressão inflacionária intolerável. “Política de exportação, política de capacitação do nosso capital humano pela via da educação, redução da pobreza. Todos esses aspectos fazem parte de uma política desenvolvimentista que obrigatoriamente terá como meta a prática de juros bem mais reduzidos que os atuais”, concluiu.

Comissão examina empréstimo para ajudar contas externas

Entre os vários projetos que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá examinar amanhã, às 10h, encontra-se uma mensagem do presidente da República que solicita autorização para que o Brasil tome um empréstimo de US\$ 500 milhões



Amir Lando pediu vista para estudar empréstimo a Rondônia

junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados para apoiar o balanço de pagamentos brasileiro — contas externas do país, incluindo comércio, pagamento de dívidas, gastos de turistas, investimentos estrangeiros e fretes.

Também estará em votação um pedido do Executivo para reescalonar a dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões, conforme recomendações do Clube de Paris. A própria dívida que o Brasil tem com países integrantes do Clube de Paris foi renegociada nos anos 90.

Consta ainda da pauta da CAE um pedido do estado de Rondônia para a tomada de empréstimo junto à Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 35 milhões, destinados a financiar parcialmente o Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado. A União deverá ser avalista do empréstimo, caso

ele seja aprovado. Na última terça-feira, a matéria esteve em discussão, mas não foi votada porque o senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu vista do parecer apresentado pelo relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Lando explicou que quer examinar detalhadamente as condições da operação de crédito e a situação do endividamento de Rondônia.

Os integrantes da CAE deverão votar ainda, em turno suplementar, parecer do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) favorável à regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Criado em 1969, o fundo nunca foi regulamentado, apesar de movimentar mais de R\$ 700 milhões por ano, destinados ao financiamento de projetos científicos e tecnológicos.

A pauta da Comissão de Assuntos Econômicos contém ainda outros 11 projetos, entre eles uma proposta do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que estende às pessoas físicas o direito de renegociar seus débitos fiscais em condições semelhantes às do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). A proposta tem parecer favorável do relator, senador Amir Lando.

Simon: governo não quis fazer reforma fiscal

Interessa à administração federal manter o elevado nível da carga tributária e o controle político sobre governadores e prefeitos, afirma senador ao se manifestar contra a proposta que prorroga a CPMF

O governo Fernando Henrique Cardoso não quis fazer a reforma fiscal, em primeiro lugar, para manter o elevado nível da carga tributária vigente no país, atualmente em torno de 32% do Produto Interno Bruto (PIB); e, em segundo lugar, para não dar autonomia financeira aos estados e municípios, de modo a manter, sobre governadores e prefeitos, o controle político determinado pelo modelo atual.

As conclusões são do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se manifestou, na sexta-feira, em Plenário, contra a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O desinteresse do governo pela reforma fiscal, segundo Simon, deveu-se ao elevado nível atingido pela carga tributária. O governo estava satisfeito com o perfil de arrecadação e não quis arriscar mudança. Em segundo lugar – comentou –, a reforma fiscal implicava maior racionalidade nas receitas e despesas, privilegiando, no rateio dos recursos arrecadados, os estados e os municípios. Para o atual governo, contudo, na avaliação do senador, foi mais interessante manter a centralização de recursos, obrigando prefeitos e governadores a continuar sua romaria a Brasília.



Pedro Simon: presidente preferiu usar seu prestígio para aprovar a reeleição

Sobre a CPMF, Simon lembrou que o tributo foi criado, inicialmente, para fazer frente a despesas com a área da saúde e que deveria ter um caráter provisório.

– Como já estamos renovando esse tributo pela quarta ou quinta vez, sabemos todos que ele deixou de ser provisório para tornar-se uma tributação permanente.

Simon acrescentou que o governo aprovou no Congresso “tudo o que bem quis”. E com o prestígio que lhe foi propiciado pelo êxito do Plano Real, poderia ter feito as grandes reformas, como a política e a fiscal. Mas o

presidente, prosseguiu, preferiu usar o seu prestígio para aprovar a reeleição, tornando-se o único presidente a conseguir tal coisa.

– Nem os militares ousaram reeleger-se – comentou Simon, ao lembrar que a alternância no regime militar foi rigorosamente respeitada por Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Em apartes, Roberto Requião (PMDB-PR) e Roberto Saturnino (PT-RJ) assumiram posições contrárias à cobrança da CPMF da forma como é feita. Requião destacou que a contribuição não serve sequer para rastrear o desvio de recursos, já que “o corrupto escolado não faz movimento em reais, mas em dólares”.

Para Saturnino, no próximo governo a CPMF deverá desaparecer como uma contribuição de grande poder arrecadador, ganhando apenas função de “denúncia da sonegação”, mediante alíquota mínima. Já o senador Adir Gentil (PFL-SC) destacou a importância da CPMF para a cobertura de gastos com a saúde, a previdência e o combate à pobreza.



Bezerra vê falha na inspeção sanitária

Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou dos Ministérios da Saúde e da Agricultura uniformização confiável dos procedimentos de emissão dos certificados de qualidade sanitária dos produtos de origem animal. O senador explicou que alguns produtos têm conseguido registro em um ministério e em outro, não. Isso confunde o trabalho dos conselhos regionais de Medicina Veterinária (CRMV) e favorece os empresários menos escrupulosos, que registram seus produtos nos estados, nos quais há maiores facilidades de aprovação.

O grande problema da inspeção sanitária no Brasil, observou, é o da falta de unidade da legislação vigente. Carlos Bezerra afirmou que para tentar eliminar as divergências nos estados, os conselhos regionais pretendem elaborar



Carlos Bezerra: grande problema é a falta de unidade nos procedimentos

proposta de legislação unificadora, para resolver esse problema e favorecer a competição.

O senador disse que para o presidente do CRMV em seu estado, Paulo Antônio da Costa Bilégo, o fato de alguns estados serem mais rígidos e outros mais brandos em suas exigências para autorização

de licenciamento causa problemas tanto para o setor de produção quanto ao próprio trabalho de inspeção.

Outro problema apontado por Paulo Antônio, segundo o senador, é a falta de profissionais, o que tem obrigado o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso (Indea) a fazer convênios com as prefeituras, pelos quais o estado fornece treinamento a equipes locais. Somente em 2001, informou, aproximadamente 40 profissionais foram treinados por meio dessas parcerias.

Carlos Bezerra lembrou a importância do 6º Encontro Nacional de Serviços de Inspeção Sanitária Estadual, realizado em Cuiabá (MT), e apoiou os técnicos por defenderem a unificação nos procedimentos de emissão de certificados.

Mozarildo crê em nova onda contra Zona Franca

Apoiado em artigo do superintendente da Zona Franca de Manaus (ZFM), Ozias Monteiro Rodrigues, publicado pelo jornal *O Globo* em 13 de maio último e intitulado “Um modelo bem sucedido”, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu o modelo de desenvolvimento socioeconômico da região. O senador disse já ser possível prever-se a formação de uma nova onda contra a existência e a manutenção da ZFM e afirmou que a Zona Franca nem deveria ter esse nome, devendo chamar-se Agência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Mozarildo leu em Plenário, na sexta-feira, o artigo de Ozias, no qual o superintendente afirma que a ZFM contribuiu, em 2001, com 58,15% de toda a arrecadação de tributos e contribuições federais da Região Norte. “Conseqüentemente, o

Amazonas é uma das poucas unidades da Federação a apresentar superávit fiscal”, afirmou o senador. Ele também citou o livro *Zona Franca de Manaus – História, Mitos e Realidades*, escrito por Serafim Correia, em que são esclarecidos os mitos mais comuns a respeito da ZFM, como o de que a produção de componentes é mais incentivada do que em São Paulo. Segundo o livro, disse Mozarildo, a produção desses componentes em São Paulo recebe muito mais incentivos do que na Zona Franca de Manaus.

Outro mito citado por Mozarildo é o de que, se não houvesse a renúncia fiscal, haveria aumento da arrecadação.

– A realidade é que, se não houvesse renúncia fiscal, não haveria qualquer arrecadação – assinalou.



Para Mozarildo, ZFM deveria chamar-se Agência de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Faturamento de US\$ 9 bi

A Zona Franca de Manaus (ZFM) começou a funcionar em 1967, tendo como principal objetivo integrar a Amazônia à economia do país. O modelo de desenvolvimento está assentado em concessão de incentivos fiscais às empresas que lá se instalam e na facilidade de importação de componentes.

Atualmente, a ZFM emprega cerca de 52 mil pessoas e fabrica produtos como televisores,

aparelhos celulares, motocicletas, microcomputadores e fornos de microondas. O faturamento das empresas chegou a US\$ 9,05 bilhões em 2001, segundo dados da Superintendência da ZFM (Suframa).

O pólo econômico engloba uma área de 10 mil quilômetros quadrados, com reflexos nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, sendo que Manaus é a cidade mais importante para a ZFM.

Prorrogação da CPMF será votada amanhã

Trata-se de deliberação em primeiro turno, já que decisão final ocorrerá no dia 12, segundo acordo de lideranças. Plenário também examinará projetos que autorizam União a garantir empréstimos externos para São Paulo e Acre

Em primeiro turno, o Senado vota amanhã proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2004, quando o próximo presidente da República estará completando o segundo ano de mandato. O acordo de lideranças que propiciará essa votação prevê que a deliberação final sobre a CPMF, em segundo turno, ocorrerá no dia 12 de junho.

Hoje, em regime de urgência, o Senado vota projetos autorizando a União a garantir empréstimos que o governo de São Paulo pretende contrair com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, para financiar Programa de Ação nos Cortiços do Estado, Programa de

Recuperação de Rodovias e Sistema de Trens Urbanos. Decide também se autoriza o Acre a contrair empréstimo com o BID para financiar seu Programa de Desenvolvimento Sustentável.

Amanhã, o Plenário delibera, em segundo turno, sobre proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que estabelece ampla liberdade para coligações partidárias. Caso venha a ser aprovada, a emenda constitucional tornará sem efeito a interpretação emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sentido de que as alianças eleitorais nos estados e municípios precisam estar vinculadas às coligações firmadas no âmbito federal.

Também amanhã, será votada, em primeiro turno, proposta que incorpora os policiais militares do extinto território federal de Rondônia

aos quadros da União. Atendendo a requerimento de Luiz Otávio (PPB-PA), o Plenário homenageia os 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce.

Nesta quarta-feira, o Senado vota mensagens indicando Ricardo Oliva e Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques para os cargos de diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com mandato de três anos.

Na quinta-feira, a Casa vota em primeiro turno proposta de Álvaro Dias (PDT-PR) que institui contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública do Distrito Federal e municípios. Na mesma sessão, serão discutidos dois projetos da Comissão Mista de Segurança que alteram o Código de Processo Penal em dispositivos referentes ao tribunal do júri e ao interrogatório do acusado.

Arrecadação com a CPMF

(Em R\$ bilhões - valores de dezembro de 2001)

1994	11,00
1997	10,47
1998	11,88
1999	10,18
2000	16,83
2001	17,97

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Como é dividida a receita com a CPMF

(Em %)

Previdência	21
Saúde	42
DRU*	16
Fundo de Combate à Pobreza	21

*Desvinculação de Receitas da União, equivale à parte do Orçamento da União que não está amarrada a despesas predeterminadas.

Fonte: Ministério do Planejamento

A história do tributo

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira foi instituída em 1993, por meio da Lei Complementar nº 77. Na época, o tributo chamava-se Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e tinha alíquota de 0,25%, que incidia sobre a movimentação bancária. A cobrança do IPMF vigorou durante 1994.

Em 1996, o governo federal decidiu recriar o imposto, com o

nome de CPMF e alíquota menor, de 0,2%. A contribuição foi autorizada pela Lei 9.311 e a cobrança iniciou-se em janeiro de 1997. Desde então, a CPMF tem sido sistematicamente prorrogada. Em 1999, a alíquota subiu para 0,38%.

Entre 1994 e o ano passado, a arrecadação da contribuição apresentou crescimento real de 63,5%, passando de R\$ 10,99 bilhões para R\$ 17,97 bilhões (em valores atualizados). Em 2001, a

CPMF foi o sexto imposto de maior arrecadação no país, segundo a Receita Federal.

Do valor arrecadado com a CPMF, 42% ficam com o Ministério da Saúde, 21% com a Previdência, 21% com o Fundo de Combate à Pobreza e 16% com a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A DRU é uma parcela do Orçamento da União que não está amarrada a despesas específicas.

Melo: o imposto é justo e combate sonegação fiscal

Ao contestar as opiniões manifestadas pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) em relação à CPMF, o líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), defendeu a manutenção da cobrança por considerar que o imposto é justo e importante no combate à sonegação fiscal. Melo defendeu o modelo econômico adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

— É preciso reconhecer-se o avanço alcançado pelo país nos últimos anos. O que foi feito pelo atual governo faz com que o Brasil não esteja em situação similar àquela que vem sendo enfrentada pela Argentina. Não deixo de reconhecer as dificuldades e a pobreza, mas o que digo é que devemos evitar as aventuras dos caminhos que aquele país seguiu e manter os fundamentos atuais da economia.

Melo disse também ser fácil afirmar que um determinado cenário é culpa e responsabilidade do governo atual.

— Precisamos, antes, analisar o assunto considerando os 500 anos de história do Brasil e a realidade



Melo destaca avanço do país nos últimos anos

construída ao longo desse tempo. A verdade é que os brasileiros de hoje melhoraram de vida e a capacidade de desenvolvimento nacional também cresceu.

Segundo o senador, para se falar sobre a atual situação econômico-financeira do país, é preciso compará-la com a situação de quando o go-

verno assumiu o país. Ele também rebateu as alegações do senador Pedro Simon (PMDB-RS) de que o governo não fez a reforma tributária porque não quis.

Melo sustentou que o governo encaminhou um projeto de reforma ao Congresso.

Simon, por sua vez, disse que o fato de o governo ter enviado o projeto não significou, na prática, intenção de aprová-lo.

Em aparte, Requião disse que não se havia referido a futuros riscos e sim a “um caminho de aventura já trilhado pela incompetência do governo atual”.

Melo recebeu, ainda, apertes de Adir Gentil (PFL-SC), que apoiou a prorrogação da CPMF, e Francisco Escórcio (PMDB-MA), que questionou a razão pela qual o governo não sugere a extinção dos tributos desnecessários.

Requião aponta “passividade” do Parlamento

Durante a segunda sessão de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), na sexta-feira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o tributo tem contribuído para o aprofundamento da recessão e lamentou que não exista no Brasil uma reação mais contundente à atual política econômica.

— Na Argentina existe protesto, existe povo na rua, mas no Brasil o que vemos é a passividade institucional. Há um desligamento total do Parlamento em relação aos



Requião critica juros altos e corte de gastos do governo

interesses do povo, como se estivéssemos em uma gaiola dourada. Um antigo cronista dizia que toda unanimidade é burra. No Plenário do Senado não existe unanimidade, talvez submissão — afirmou.

O senador comparou o debate sobre a proposta que prorroga a CPMF à aprovação, pelo Senado argentino, do fim da chamada Lei de Subversão Econômica, apontada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como ameaça aos investimentos estrangeiros.

Em Buenos Aires, observou, o fim da lei foi aprovado por maio-

ria de apenas um voto (35 a 34). Enquanto isso, no Brasil se caminha para aprovar uma proposta que, a seu ver, retira dinheiro do comércio e da população para garantir o pagamento das dívidas interna e externa.

Requião criticou os altos juros praticados no Brasil e os cortes de gastos promovidos pelo governo.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o governo manteve os gastos em publicidade, apesar de haver promovido cortes em vários setores. Francisco Escórcio (PMDB-MA) recordou que o Brasil tem o segundo maior número de desempregados do mundo. Por sua vez, Luiz Otávio (PPB-PA), vice-líder do governo, observou que a cobrança da CPMF ajuda no combate à sonegação fiscal.

Comissão analisa mudança no atendimento pelo SUS

Substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados prevê prioridade para deficiente físico, idoso, gestante, lactente e pessoa com criança de colo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa na quarta-feira, a partir das 9h, substitutivo do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que, na sua versão original, determinava atendimento preferencial aos idosos, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames nas instituições e unidades de saúde.

Em seu substitutivo, Ademir fez algumas alterações ao texto original para adequá-lo à legislação em vigor. Sua proposta determina o atendimento prioritário a portadores de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactentes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Também estabelece que as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) destinarão locais exclusivos, nos hospitais e clínicas conveniadas, para a marcação de consultas e exames de que necessitem aqueles beneficiários.



Ademir Andrade, autor do substitutivo, adequou texto original à legislação

Também está na pauta da CAS substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que proíbe, em todo o território nacional, o uso do sistema de jateamento de areia a seco. Segundo a proposição, estes sistemas deverão ser substituídos por outros que não causem poluição nem tragam risco à saúde. O projeto original, do deputado Carlito Merss (PT-SC), propunha a proibição do jateamento de areia para limpeza e também impedia a utilização de outros processos causadores de

pneumoconiose, um tipo de doença do pulmão.

“O que se deve proibir é o emprego da tecnologia de jateamento de areia a seco, não de todos os outros processos produtivos que comprovadamente causem pneumoconiose. A prevalecer esta última proibição, estaríamos, por exemplo, impedindo toda a atividade mineradora do país a partir da conversão desse projeto de lei”, argumenta Juvêncio em seu substitutivo.

CLT

Outra matéria que poderá ser analisada é o parecer de Moreira Mendes (PFL-RO), favorável ao projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, nos casos de procura de parente desaparecido. O empregado poderá faltar ao serviço por até 15 dias no caso de desaparecimento de cônjuge, pais, filhos, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica.

Freire apóia protocolo em defesa da mulher

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu a urgente aprovação do protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, sigla em Inglês), já ratificado por 39 países e encaminhado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso, em abril de 2001. O senador criticou a postura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem pressionado contra a aprovação do protocolo sob o argumento de que sua ratificação implicaria uma defesa aberta do aborto, do lesbianismo e da prostituição feminina.

Para Freire, o entendimento da CNBB é equivocado e o documento do Cedaw não defende nenhum dos três itens. O documento seria apenas, a seu ver, um instrumento para assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

— Dos 17 países latino-americanos que ratificaram o protocolo, nenhum legalizou o aborto. A sua ratificação não implica a defesa



Freire assumiu compromisso de combater todas as formas de injustiça contra a mulher

de posições específicas. Podemos manter todos nossos pontos de vista, atitudes e valores. A diferença está assegurada — explicou.

Freire elogiou o conteúdo do protocolo e a campanha empreendida pelos movimentos feministas organizados em favor de sua aprovação. Ele considerou particularmente adequado o lema “Os direitos das mulheres não são facultativos”, asseverando que estariam em jogo direitos fundamentais, ligados à dignidade humana, à proteção contra abusos e

à própria concepção de democracia, pluralidade e tolerância.

O senador refutou a idéia de que a adesão do Brasil ao documento significaria uma ameaça à soberania do país. “Um sistema internacional de proteção aos direitos humanos não impede, em hipótese alguma, o exercício pleno de soberania”, afirmou.

Freire sustentou ainda que o ordenamento jurídico brasileiro já teria assimilado o Cedaw desde 1984. O protocolo facultativo não cria qualquer direito substantivo imediato. O senador lembrou que a convenção iguala os mecanismos de denúncia previstos para violação de direitos civis e políticos, discriminação racial e tortura no país, possibilitando sua investigação em casos graves sistêmicos.

Ele concluiu assumindo o compromisso político de combater todas as formas de violência e injustiças a que estão expostas as mulheres. “Não o fazendo, estamos optando pelo obscurantismo.”

Francelino quer regular atividade de artesãos

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez um apelo, na sexta-feira, para que o Senado aprove projeto de sua autoria que regula a profissão de artesão. A proposta, explicou o senador, foi apresentada no dia 19 de março, data em que é comemorado o Dia



Proposta de Francelino aguarda parecer na CAS

do Artesão. Francelino disse que a iniciativa, que aguarda parecer do relator, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), vai beneficiar 8,5 milhões de profissio-

nais em todo o país. — Ao propor a regulamentação dessa profissão, levei em conta os argumentos que me foram oferecidos principalmente pelo Instituto Centro Cape, órgão com sede em Brasília, mas com raízes mineiras e dedicado à formação e capacitação dos artesãos — explicou. A entidade reivindica o acesso dos artesãos a linhas de crédito de programas oficiais voltados para profissões regulamentadas.

Projeto sobre transporte escolar vai a exame na CE

A Comissão de Educação (CE) deve examinar amanhã projeto de lei da Câmara que atribui aos estados e municípios a responsabilidade pelo fornecimento de transporte escolar para os alunos que residem na zona rural. O relator da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), apresentou parecer favorável à aprovação, na forma de substitutivo ao qual ele incorporou emendas apresentadas pelos senadores do PT Marina Silva (AC) e Eduard Suplicy (SP).

De acordo com uma das modificações propostas pela senadora, quando necessário, caberá ao estado assumir os encargos relativos ao transporte dos alunos da rede municipal residentes na área rural. A ausência de transporte, segundo Marina, tem sido uma das causas da ausência de crianças e adolescentes do meio rural na escola.

TV A CABO

Também está na pauta da CE, para decisão terminativa, projeto do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que propõe criação de um canal do sistema de TV a cabo para o Comando do Exército Brasileiro. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou parecer favorável à matéria.

Para o autor do projeto, “dotar o Comando do Exército desse poderoso instrumento de comunicação com a população brasileira trará inestimável apoio para o cumprimento de suas funções constitucionais de defesa da



Moreira Mendes é relator do projeto que beneficia alunos de escolas rurais

pátria e garantia da lei e da ordem”. Sendo aprovado o parecer, o projeto será incluído na pauta da próxima reunião da CE, para deliberação em turno suplementar, e só será submetido ao Plenário se houver requerimento nesse sentido.

A comissão ainda deverá discutir e votar substitutivo do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a projeto de lei da Câmara que reserva, no sistema de TV a cabo, um canal para uso compartilhado das instituições de ensino superior localizadas em determinado município ou área em que o serviço será prestado. O deputado Aldo Rebelo (PCdo B-SP) ressalta, na justificativa do seu projeto, que o objetivo é alcançar a ampla democratização da produção e veiculação dos trabalhos produzidos por aquelas instituições. Para isso, ele propõe a alteração da Lei nº 8.977, que trata do serviço de TV a cabo.

Mauro: radar arrecada, mas não educa motorista

Em discurso proferido na sexta-feira, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que os radares de velocidade ocultos estão voltados para a arrecadação e não educam os motoristas. Ele pediu o desmantelamento da "indústria da arrecadação".



Mauro Miranda quer desmantelar "indústria da arrecadação"

manas depois, "o que retira o sentido da fiscalização".

O parlamentar manifestou preocupação também pelo fato de as administrações municipais associarem-se a empresas privadas fornecedoras dos equipamentos eletrônicos de vigilância para a instalação dos radares.

O parlamentar afirmou que, ao contrário das chamadas "lombadas eletrônicas" — na qual o motorista vê a velocidade em que está —, os radares móveis e fixos (estes últimos apelidados de "pardais") não dão conhecimento ao ocupante do veículo de que está sendo multado. Como resultado, informou o parlamentar, apenas 0,06% dos carros que passam pelas lombadas eletrônicas são notificados, enquanto os radares ocultos flagram em média 6% dos automóveis em velocidade superior à permitida para o local.

— Se mais carros passam rapidamente pelo local, o efeito de se tornar mais segura a via não está sendo obtido. A não ser que o interesse seja arrecadar — observou.

INDÚSTRIA

Mauro disse que as infrações de trânsito tornaram-se relevante fonte de receita para os municípios, "que instalam 'pardais' em toda parte, nem sempre seguindo critérios racionais". Segundo ele, "o objetivo parece ser cada vez mais puramente arrecadatório", com a instalação de radares quase sempre ocultos atrás da vegetação e da sinalização.

O senador lamentou que os motoristas não sejam alertados no momento da infração, mas somente se-

— A participação societária é um aspecto agravante, já que, como participantes dos lucros, essas empresas têm interesse direto no aumento da arrecadação — disse.

Esse interesse, enfatizou Mauro Miranda, pode levar as empresas a ajustar os radares para indicarem velocidades superiores às desenvolvidas pelos automóveis, ficando o cidadão indefeso diante da indústria de multas.

A lombada eletrônica, ao contrário, alcança o efeito desejado da redução da velocidade e, conseqüentemente, de acidentes, disse. Ao mesmo tempo, acrescentou, o condutor é informado de que foi multado. Para ele, as lombadas têm "caráter informativo e educativo" que falta aos radares e "pardais".

Mauro quer saber a destinação do dinheiro arrecadado com as multas, já que o jornal *O Popular*, de Goiânia, informou que em Goiás esses recursos estão pagando shows de cantores nos governos itinerantes do governador do estado. Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) lembrou ter feito discurso semelhante no dia anterior e disse que o assunto pode render até mesmo uma comissão parlamentar de inquérito.

Tuma adverte que violência afasta investidores do país

Senador manifesta preocupação também com notícias sobre o crescimento do narcotráfico e do roubo de cargas no Brasil

Em discurso na sexta-feira, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou para as dificuldades que o Brasil pode estar enfrentando para atrair novos investimentos em função dos elevados índices de violência, impunidade e corrupção. Ele citou recente publicação da revista *Câmara Americana de Comércio*, que dá destaque ao assunto, registrando o desestímulo dos investidores internacionais frente a essa realidade nacional.

Tuma manifestou também preocupação com notícias que dão conta do crescimento do narcotráfico no Brasil, citando a descoberta, pela Polícia Federal, de um es-



Romeu Tuma lamenta surgimento de novas modalidades de tráfico

ONU: narcotráfico envolve somas gigantescas

Dados fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCIP) indicam que o comércio de drogas movimentou cerca de **US\$ 400 bilhões** por ano, o equivalente a **8%** do total das exportações mundiais. Ainda de acordo com esses dados, **3,3%** a **4,1%** da população mundial está envolvida no consumo de drogas ilícitas. A ONU calcula que cerca de **10%** da produção total de narcóticos tem passagem pelo Brasil.

quema de tráfico com rota entre a cidade de Franca, em São Paulo, e países da Europa, para os quais a cidade exporta sapatos. Segundo explicou, os traficantes utilizavam esses artigos para esconder a droga que seguia para aquele continente.

Outra modalidade citada pelo senador é o transporte de tóxicos no estômago de pessoas que engolem até um quilo de drogas. Somente na Nigéria, contou Tuma, existem mais de 100 brasileiros presos por crime dessa natureza.

O senador referiu-se também ao crescente roubo de cargas no Brasil, com o agravamento dos casos em estados fronteiriços.

Senador elogia proposta de proteção a testemunhas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou, em Plenário, o projeto de lei apresentado pela Comissão Mista de Segurança Pública que prevê proteção aos direitos do ofendido e das testemunhas. A proposta teve sua segunda ses-

são de discussão na sexta-feira.

— Esses direitos têm sido relegados a segundo plano. E o projeto garantirá às vítimas e testemunhas tratamento digno e respeitoso, além da proteção de sua integridade física e moral —

afirmou Tuma.

O senador observou que, muitas vezes, as testemunhas são assediadas e pressionadas a não apontar criminosos em sessões de reconhecimento, o que tem dificultado o trabalho da polícia.

BALANÇO

Aprovados projetos da Comissão de Segurança

A semana no Senado foi marcada pela aprovação de projetos de lei resultantes do trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública. Um deles obriga as operadoras de telefonia celular a cadastrar os usuários da modalidade pré-paga, para impedir a utilização de aparelhos por criminosos.

Também oriundo da Comissão de Segurança, foi aprovado o projeto que aumenta a punição para crimes contra a administração pública. Pelo texto, quem lesar os cofres públicos terá que ressarcir o erário para poder solicitar benefícios de progressão de regime penal — passar de prisão fechada para semi-aberta, por exemplo. As penas para os crimes de corrupção ativa (atualmente, de um a dois anos) seriam aumentadas para de 2 a 12 anos. As duas propostas precisam ser vota-

das pela Câmara.

Ainda foi aprovado projeto de lei que define novas regras para a repressão ao tráfico de drogas, bem como para a prevenção e o tratamento dos dependentes químicos. O tratamento a dependentes de drogas é uma das principais mudanças propostas pela comissão, que foi presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Em vez de ir para a prisão, a pessoa que comprar, guardar ou transportar drogas para consumo próprio será submetida, segundo o projeto, a medidas educativas e tratamento compulsório. O projeto terá novo turno de votação no Senado para só então ser enviado à Câmara.

COMISSÕES

Nas comissões, o destaque foi a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do pro-

to que garante prioridade para o pagamento de precatórios de natureza alimentar. Para viabilizar a medida, o texto obriga as instituições financeiras a depositarem nas contas dos governos estaduais e do Distrito Federal metade dos recursos arrecadados a título de depósitos judiciais e extrajudiciais.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, merece destaque a nova regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em funcionamento desde 1968, mas até hoje sem regras específicas. Isso vem provocando, na avaliação do relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), descontinuidade na aplicação dos recursos. Os senadores da CAE também aprovaram novas regras para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Receita cresceu 214,9%

A arrecadação com multas de trânsito no país cresceu 214,9% entre 1999 e 2001. Segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que centraliza os dados de órgãos executivos estaduais e municipais, Polícias Rodoviária Federal e estaduais, as infrações geraram receita de R\$ 1,212 bilhão no ano passado, contra R\$ 384,9 milhões em 1999. Nos quatro primeiros meses deste ano, a arrecadação chegou a R\$ 643,5 milhões.

De acordo com a legislação atual, 5% da arrecadação com

multas no país deve ser repassada ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), que utiliza os recursos em atividades como o planejamento e a execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, além de programas educacionais. O restante deve ser aplicado pelos estados e municípios em sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Em 2001, os recursos do fundo atingiram a cifra de R\$ 60,5 milhões.

Senadores aprovam voto de pesar pelo falecimento de Mário Lago

O ator, compositor, poeta, escritor e radialista foi homenageado pelo Plenário do Senado, quando os parlamentares lembraram suas composições musicais e sua atuação política

O Plenário do Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento, aos 90 anos de idade, do ator, compositor, poeta, escritor e radialista Mário Lago, ocorrido na última quinta-feira. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento que propôs a homenagem, Mário Lago, além de ser “um multiartista que honrou o povo brasileiro”, foi também um militante político de esquerda sempre preocupado com os destinos do país e de sua gente.

Suplicy lembrou que, em 1938, Mário Lago compôs o seu primeiro sucesso nacional, a música *Nada Além*, gravada por Orlando

Silva. Em 1942 brindava o público com a música *Ai, que Saudades da Amélia*, e dois anos depois, consagrado como compositor, estourava no mercado com a música *Atire a Primeira Pedra*.

O senador informou que Mário Lago escreveu várias peças para teatro, entre as quais *Sambista da Cinelândia*, que alcançou nada menos que 200 apresentações. Traba-



Mário Lago foi “um multiartista que honrou o povo brasileiro”, diz Suplicy

hou nas rádios Pan-Americana, Mayrink Veiga e Nacional e, no cinema, conforme registrou Suplicy, atuou em *Terra e Transe*, de Glauber Rocha, e *São Bernardo*, de Leon Hirszman. Seu primeiro livro, *Na Rolanço do Tempo*, foi escrito em 1976. Um ano depois lançava a obra *Bagaço de Beira-Mar*.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também lamentou a mor-

te de Mário Lago, afirmando que ele era um símbolo da cultura brasileira, especialmente a carioca. Destacou a atuação política de Mário Lago no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e qualificou de exemplar a vida do artista, “baseada na ética, na moral e na identificação com o seu povo”.

Também o senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou a memória de Mário Lago e disse que o ator foi um patriota, “um homem raro”, que soube, por meio da sua arte, sensibilizar toda a população.

— Foi uma perda irreparável para a cultura brasileira — afirmou Francelino.

Pedro Simon lamenta a morte de três grandes brasileiros

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou, na sexta-feira, da tribuna do Plenário, a morte do ator e compositor Mário Lago e dos políticos João Amazonas e Getúlio Dias, segundo ele “grandes brasileiros” que deram enorme contribuição ao país.

Mário Lago, destacou Simon, marcou sua vida pela coerência na busca do bem comum, principalmente por meio da militância comunista, mantendo seus ideais até a morte. O senador lembrou que os amigos de Mário Lago cantaram, no enterro do ator, o hino da Internacional Socialista.

Simon lembrou também a paixão política demonstrada ao longo de toda a vida pelo deputado



Vida de Mário Lago, marcada pela busca do bem comum, foi destacada por Simon

João Amazonas, presidente do PCdoB, duramente combatido pelo regime militar. Do ex-deputado Getúlio Dias, o senador Pedro Simon salientou a combatividade dentro do grupo autêntico do PMDB.

Embaixador Sette Câmara é homenageado pelo Senado

A pedido do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), o Plenário do Senado aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 82 anos, do embaixador José Sette Câmara, ocorrido na última quinta-feira, no Rio de Janeiro (RJ). Segundo Saturnino, “o país perde um grande servidor público”.

Ao encaminhar o requerimento, o senador informou que Sette Câmara, ex-diretor do *Jornal do Brasil*, foi um dos principais assessores políticos do presidente Juscelino Kubitschek, ao lado do também embaixador Álvaro Lins. Em abril de 1960, quando da transferência da capital da República para Brasília, Sette Câmara foi nomeado governador do novo estado da



Saturnino, autor do requerimento, lembrou carreira brilhante do diplomata

Guanabara, antigo Distrito Federal. — Sette Câmara foi um homem público brilhante e honrado — disse Saturnino, lembrando que o diplomata serviu nas embaixadas brasileiras nos Estados Unidos, Tchecoslováquia, Canadá e Suíça.



Emilia Fernandes: político abraçou como poucos as lutas populares

Emilia lembra trajetória de João Amazonas

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lamentou a morte do presidente de honra do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), João Amazonas, ocorrida na tarde da última segunda-feira, em São Paulo. Na opinião da parlamentar, a trajetória de João Amazonas confunde-se com a história política do Brasil do século 20. Prova disso é que ele abraçou como poucos as lutas populares, defendendo, em seus 90 anos de existência, a democracia, o socialismo e o respeito aos direitos humanos.

Emilia Fernandes lembrou que João Amazonas participou da guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974, quando camponeses e militantes do PCdoB organizaram-se contra o governo militar e foram severamente reprimidos pelas Forças Armadas. Ainda de acordo com a senadora, esse episódio foi tão marcante para o político que motivou seu último pedido à família: que suas cinzas fossem jogadas no sul do estado do Pará, onde ocorreu a guerrilha.

Nascido em 1º de junho de 1912, em Belém do Pará, João Amazonas entrou para o PCB em 1935. Líder sindical, defendeu a soberania nacional, foi fundador de diversas entidades de classe. Fiel aos princípios socialistas, continuou a senadora, não se intimidou ante as perseguições políticas, que o levaram diversas vezes à prisão, à clandestinidade e a anos de exílio.

Dirigente do Partido Comunista desde 1946, João Amazonas foi o deputado da Constituinte mais votado do Distrito Federal, na época, o Rio de Janeiro. Em 1962, observou Emilia, assumiu a presidência do PCdoB. No começo dos anos 80, lutou pela anistia, propondo a convocação de uma assembléia nacional constituinte e de eleições diretas para a Presidência da República.

Escórcio destaca aniversário de fundação de Açailândia



Escórcio registrou os 45 anos da cidade, importante por sua produção agropecuária

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) discursou, na sexta-feira, em homenagem aos 45 anos da fundação de Açailândia, município localizado na região oeste do Maranhão, com 80 mil habitantes, que começou a desenvolver-se com a construção da rodovia Belém-Brasília.

Segundo Escórcio, Açailândia, que fica a 550 quilômetros de São

Luís, dispõe, hoje, de uma forte indústria madeireira e de uma grande fundição de ferro-gusa, sendo considerada a maior cidade de todo o Maranhão na agropecuária, com mais de um milhão de cabeças de gado.

— Está localizada estrategicamente entre duas ferrovias, a Norte-Sul e a Carajás, os dois maiores corredores de exportação do Ma-

ranhão — destacou.

Escórcio lembrou que, em 15 de novembro de 1982, foi eleito o primeiro prefeito da cidade, Raimundo Teles Sampaio. De lá para cá, foram cinco administrações, observou, “tornando realidade o sonho de JK e de Bernardo Sayão, que traçaram, na rota da Belém-Brasília, o embrião do progresso da região”.

As sessões de sexta-feira do Senado Federal foram presididas pelos senadores Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Francisco Escórcio, Romeu Tuma e Lindberg Cury